

Vulnerabilidade e os Riscos Sociais e Psicossociais

1 - Conceitos e Definições

Significado de Vulnerabilidade

Vulnerabilidade é a característica de quem ou do que é vulnerável, ou seja, frágil, delicado e fraco.

A vulnerabilidade é uma particularidade que indica um estado de fraqueza, que pode se referir tanto ao comportamento das pessoas, como objetos, situações, ideias e etc.

Exemplo: “A vulnerabilidade do paciente é preocupante” ou “Temos no Brasil uma grande vulnerabilidade no sistema de ensino público”.

Em inglês, a tradução mais comum do termo “vulnerabilidade” é vulnerability.

Tipos de Vulnerabilidade (s)

Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão a margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores sócioeconômicos.

O que é vulnerabilidade psicossocial?

A vulnerabilidade psicossocial refere-se ao desajuste vivido pelo indivíduo, principalmente adolescente e jovem adulto, no que concerne à sociedade.

O que é situação de vulnerabilidade econômica?

Entram em cena os "sem futuro", destinados aos programas públicos de ajuda aos desempregados ou às formas instáveis e precárias de trabalho. Enfim, são os "desenraizados", para os quais a vulnerabilidade econômica se associa à perda ou à diminuição de espaços e relações de convivência familiar e social.

Saiba mais sobre o significado de [vulnerável](#).

Sinônimos de vulnerabilidade

- Fraqueza
- Delicadeza
- Insegurança
- Instabilidade

- Fragilidade
- Destrutibilidade
- Indefensibilidade

Vulnerabilidade Social

O conceito de vulnerabilidade social está relacionado com os lugares e indivíduos que estão expostos à exclusão social, ou seja, que vivem à margem da sociedade.

Vulnerabilidade Do Consumidor

No âmbito jurídico, dentro do regimento das leis do Direito do Consumidor, este é tido como um indivíduo vulnerável em comparação ao fornecedor.

O artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor diz:

“I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo”.

O fornecedor detém conhecimentos relativos ao produto que o consumidor desconhece, fazendo-o a parte mais frágil desta relação.

(Fonte: <https://www.significados.com.br/vulnerabilidade/>, data de acesso: 10/09/2018)

Significado de Risco

Risco é um substantivo masculino que dependendo do contexto pode ter diferentes acepções, embora o significado predominante seja a possibilidade ou probabilidade de que algo pode acontecer.

Risco é uma ameaça ou perigo de determinada ocorrência. Correr o risco é estar sujeito a passar por um episódio arriscado, ou seja, um episódio temerário que pode acarretar alguma consequência.

A palavra risco é empregada em diversos contextos, por exemplo, o risco ambiental, o risco de epidemia, o risco de morte, o risco biológico, o risco de acidente, o risco financeiro etc.

Risco biológico

Risco biológico é uma ameaça à saúde humana provocada por meio de micro-organismos que possam provocar inúmeras doenças. São considerados riscos biológicos: os vírus, as bactérias, os parasitas, os protozoários, os fungos e os bacilos.

Os riscos biológicos podem ocorrer no exercício de diversas atividades, entre elas, nas indústrias de alimentação, nos hospitais, nos laboratórios etc.

Entre as diversas doenças provocadas por micro-organismos estão incluídas a tuberculose, a brucelose, a malária, a febre amarela etc.

Gravidez de risco

Gravidez de risco é aquela que está sujeita a alguma possibilidade de ocorrer doenças ou morte do bebê ou da mãe durante a gestação ou mesmo na hora do parto.

Uma série de sintomas podem indicar a ocorrência de uma gestação de risco, entre elas, contrações uterinas antes do tempo, tonturas e desmaios frequentes, inchaço repentino no corpo aceleração repentina dos batimentos cardíacos etc.

A gravidez de risco ocorre por diversos fatores, entre eles, quando a idade materna é superior a 35 anos ou menor de 15 anos. Quando existem anomalias nas estruturas dos órgãos reprodutivos, quando a gestante é dependente de álcool, fumo ou drogas, entre outros.

Risco financeiro

No mundo financeiro, risco é o potencial que o investimento tem de não proporcionar o resultado esperado. Pode também significar a perda de grande parte ou de todo o investimento inicial.

No mundo empresarial, risco financeiro refere-se ao endividamento da empresa, ou seja, sua capacidade de não honrar as obrigações financeiras no tempo e prazos contratados.

(Fonte: <https://www.significados.com.br/risco/>, data de acesso: 10/09/2018)

O que é vulnerabilidade social

Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão a margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores sócioeconômicos.

Algumas das principais características que marcam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, os meios de subsistência inexistentes e a ausência de um ambiente familiar, por exemplo.

Todos esses fatores compõem o estágio de risco social, ou seja, quando o indivíduo deixa de ter condições de usufruir dos mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos, devido ao desequilíbrio sócioeconômico instaurado.

As pessoas que são consideradas “vulneráveis sociais” são aquelas que estão perdendo a sua representatividade na sociedade, e geralmente dependem de auxílios de terceiros para garantirem a sua sobrevivência.

O que é desigualdade social?

Vulnerabilidade social não é sinônimo de pobreza, mas sim uma condição que remete a fragilidade da situação sócioeconômica de determinado grupo ou indivíduo.

A vulnerabilidade social é medida através da linha de pobreza, que é definida através dos hábitos de consumo das pessoas, o valor equivalente a meio salário mínimo. Os grupos em vulnerabilidade social encontram-se em acentuado declínio do bem-estar básico e de direito dos seres humanos.

Uma das hipóteses mais eficazes para garantir, a médio e longo prazo, a diminuição da vulnerabilidade social é o aumento da escolaridade, principalmente a qualidade da educação e da cultura.

Alguns sociólogos acreditam que, suprimindo esta carência e potencializando as oportunidades profissionais dos indivíduos, grande parte dos outros problemas sociais seriam, por consequência, suprimidos.

Índice de vulnerabilidade social

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um indicador que permite aos governos um detalhamento sobre as condições de vida de todas as camadas sócioeconômicas do país, identificando àquelas que se encontram em vulnerabilidade e risco social.

Definição de vulnerabilidade social

Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores sócioeconômicos.

Algumas das principais características que marcam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, os meios de subsistência inexistentes e a ausência de um ambiente familiar, por exemplo.

Todos esses fatores compõem o estágio de risco social, ou seja, quando o indivíduo deixa de ter condições de usufruir dos mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos, devido ao desequilíbrio sócioeconômico instaurado.

As pessoas que são consideradas “vulneráveis sociais” são aquelas que estão perdendo a sua representatividade na sociedade, e geralmente dependem de auxílios de terceiros para garantirem a sua sobrevivência.

(Fonte: <https://www.significados.com.br/vulnerabilidade-social/>, data de acesso: 10/09/2018)

O que é vulnerabilidade psicossocial?

A **vulnerabilidade psicossocial** refere-se ao desajuste vivido pelo indivíduo, principalmente adolescente e jovem adulto, no que concerne à sociedade. A **vulnerabilidade psicossocial** refere-se ao desajuste vivido pelo indivíduo, principalmente adolescente e jovem adulto, no que concerne à sociedade. 29 de dez de 2016

(Fonte: [Vulnerabilidade psicossocial - Knoow](http://knoow.net/ciencsocioishuman/psicologia/vulnerabilidade-psicossocial/), <http://knoow.net/ciencsocioishuman/psicologia/vulnerabilidade-psicossocial/>, data de acesso: 10/09/2018)

2 - Tempo Social (resenha de: *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*)

Print version ISSN 0103-2070

Tempo soc. vol.23 no.1 São Paulo 2011

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000100014>

RESENHAS

Douglas Mendosa

Doutorando em Sociologia pela FFLCH – USP

A condição de vulnerabilidade social, econômica e civil de uma parcela da sociedade brasileira há tempos vem sendo constituída como questão pelo olhar de cientistas sociais. Não é de hoje que sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas e, por que não, fotógrafos estudam, pesquisam e repõem em discussão a marginalidade, a exclusão, a pobreza ou a miséria de um contingente de brasileiros cuja cidadania não é o fundamento legal de garantia e de extensão de seus direitos básicos.

Ao contrário, o termo que designa o detentor de direitos individuais e coletivos em um regime republicano é utilizado entre nós como forma irônica de tratamento, como em abordagens policiais arbitrárias, quando o "cidadão" é instado a apresentar documento de identificação para provar sua "honestidade".

Ou ainda, identifica claramente aqueles que são usuários cativos dos serviços públicos, como no caso da assistência médica ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Diferentemente dos que contratam planos privados de saúde e, desse modo, abrem mão de seu direito social de cidadania, o usuário do serviço público não pode optar pelo sistema complementar, restando-lhe como única "opção" o exercício de sua cidadania, isto é, usar exclusivamente os serviços precários e insuficientes do SUS.

Existem outros exemplos. Eles são muitos e conhecidos.

No que se refere às precárias formas de viver e morar na cidade de São Paulo, por exemplo, o livro *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*, traça um perfil contundente das tensões e das desventuras que marcam a vida de milhares de cidadãos que habitam os cortiços, as periferias e as favelas da maior metrópole do continente latino-americano.

O autor constrói, na segunda parte do livro, por meio da "sociologia, história e etnografia dos bairros populares", uma narrativa em que se entrelaçam dados socioeconômicos, história, discursos e práticas desses moradores, do poder público e dos outros habitantes da cidade, como empresários e comerciantes organizados em torno de propostas disciplinadoras e saneadoras da área central, e os movimentos sociais, que

reivindicam a transformação dos grandes imóveis vazios dos distritos centrais em moradia para as camadas mais pobres da população.

Na primeira parte de *Viver em risco* ("Olhares cruzados: Estados Unidos, França e Brasil"), no lugar do que poderia ser um exaustivo escrutínio bibliográfico da literatura especializada, produzida aqui e alhures, Kowarick expõe quais são os principais focos da discussão cujo tema "diz respeito à vasta parcela daqueles que estão à margem, desligados ou desenraizados dos processos essenciais da sociedade. Trata-se daquilo que se convencionou denominar os excluídos, noção ampla e escorregadia que se tornou de uso corrente e que necessita ser trabalhada empírica e teoricamente" (p. 27).

Nos Estados Unidos, essa discussão está fortemente assentada sobre o termo *underclass*, cujo primeiro emprego no início dos anos de 1960 tinha por objetivo designar a marginalização de uma mão de obra pouco qualificada no mercado de trabalho formal (p. 31).

Naquela década, a convicção progressista de que a afluência da sociedade norte-americana também fomentava a existência de uma *underclass* impulsionou uma série de políticas de "combate à pobreza". Contudo, logo em seguida, também apareceram estudos em que a caracterização do que se chamou de "cultura da pobreza" serviu de alavanca para que o conservadorismo norte-americano retomasse os velhos termos estruturadores da visão sobre o pauperismo do início do século XIX.

Tratava-se então de "culpar a vítima", de responsabilizá-la pela sua situação, uma vez que a pobreza passou a indicar não a falta de oportunidade, mas a falta de vontade e de energia moral para o trabalho. Estas, uma vez ausentes, geram o indivíduo desocupado, vagabundo e cheio de vícios (pp. 30ss.).

A retomada dessa visão conservadora, especialmente a partir dos anos de 1980, impulsionou o ataque às políticas públicas de combate à pobreza, uma vez que estas passaram a ser tomadas como incentivos para que os indivíduos evitassem o trabalho árduo em troca da dependência dos benefícios assistenciais (*welfare dependency*).

No caso da França, por outro lado, a questão social é predominantemente compreendida a partir de pressupostos do "republicanismo francês", para o qual a ação do Estado tem papel fundamental na mediação de conflitos ao criar "os aparatos que lhe conferem a responsabilidade de agir contra a marginalização" (p. 64).

Conformado por essa visão, o debate francês acerca da pobreza é pautado pela afirmação de que vulnerabilidade não é exclusão, mas, antes, consequência da diminuição da sociedade salarial, ou seja, daquela configuração específica das relações entre Estado, empregadores e trabalhadores que tomou corpo na França no pós-guerra (1945) e que garantiu a manutenção de um padrão de integração social e econômica bastante amplo até meados dos anos de 1970.

Com a intensificação do desemprego e de formas precárias de trabalho, aumentou a convicção de que parcela significativa da população não tem mais lugar em relações sociais

estáveis, determinantes para moldar um conjunto de expectativas em relação ao porvir. Entram em cena os "sem futuro", destinados aos programas públicos de ajuda aos desempregados ou às formas instáveis e precárias de trabalho.

Enfim, são os "desenraizados", para os quais a vulnerabilidade econômica se associa à perda ou à diminuição de espaços e relações de convivência familiar e social. Como indicadores extremados dessas profundas modificações invocam-se frequentemente as explosivas manifestações de jovens nos bairros periféricos das grandes cidades, como nas banlieues de Paris ou de Lyon.

Dada a abrangência da experiência da sociedade salarial e também do ativo papel do Estado na sustentação daquela configuração, Kowarick sublinha que a discussão e a geração de alternativas para fazer frente à questão social francesa continuam marcadas pela centralidade da ação estatal e não por culpar ou não as vítimas, perspectiva adotada pelo conservadorismo norte-americano.

Vulnerabilidade no Brasil urbano

Na sociedade brasileira, como também de formas variadas em outras sociedades latino-americanas, a ênfase em conceitos como capitalismo excludente e suas aplicações para "dinâmica produtiva, industrialização, urbanização ou para alianças e sistema político" (p. 68) atestam a vitalidade e a tradição do debate sobre a não incorporação de parcelas significativas da população aos benefícios trazidos pelo desenvolvimento econômico em países periféricos e subdesenvolvidos do continente.

O autor recorda, por exemplo, o peso político e ideológico dos extensos debates em torno da marginalidade, da dependência, do subdesenvolvimento econômico e social, que conformaram diferentes possibilidades interpretativas da conjuntura histórica brasileira e latino-americana entre meados da década de 1950 até o início dos anos de 1980, aproximadamente.

Ao final desse período, a gravidade da crise econômica e o retorno ao regime democrático configuram de modo singular a sociedade brasileira, dando ensejo a uma série de movimentos sociais reivindicativos que passaram a pautar a agenda dos momentos iniciais da Nova República.

Contudo, em uma sociedade salarial "raquítica" como a nossa, não se pode imaginar que as conquistas desses movimentos pudessem sedimentar processos de negociação de direitos e arbitragem de conflitos mediados pelo Estado¹.

Assim, a partir dos anos de 1980, o que se aprofundou foram as relações de trabalho precário, flexível e instável de vastas parcelas da população brasileira, atingindo inclusive aqueles que aparentemente exibiam condições ideais de proteção social e econômica, posto que possuidores de vínculos de trabalho protegidos pela lei. Identificam-se em tais situações verdadeiros processos de desfiliação, isto é, processos de perda e de fragilidade de experiências em relação ao mundo urbano e do trabalho que até então eram comuns para uma parte significativa dos trabalhadores de nossas cidades.

É verdade, como diz o autor, que até a década de 1980 as grandes cidades do país ofereciam oportunidades reais de trabalho, além de representarem a possibilidade de maior acesso a serviços de saúde e educação para uma massa de brasileiros que deixavam o mundo rural em direção às capitais dos estados, especialmente às regiões metropolitanas. Porém, a partir daquela década o que temos é a não reiteração dessa experiência, com o crescente aumento do desemprego, deterioração dos espaços urbanos e precarização dos parques serviços públicos aí disponíveis.

Nesse cenário, com o crescente aumento da violência, é possível também sublinhar a existência de um princípio de exclusão que governa as representações e as práticas de parcelas significativas de classes sociais mais favorecidas das grandes cidades.

Antes de tudo é preciso superar a imprecisão conceitual que caracteriza utilizações variadas e incorretas do termo exclusão social. De fato, exclusão quer dizer banimento e/ou isolamento, e não é disso que se trata quando falamos dos vínculos sociais e econômicos precários daqueles que estão em situação de vulnerabilidade. Embora o princípio de exclusão identificado pelo autor na sociedade brasileira também ative o sentido de banimento, ele se atrela antes à negação dos direitos civis das populações em situação de vulnerabilidade do que à exclusão dessas populações dos circuitos de produção e consumo da sociedade capitalista.

Pode-se afirmar que o princípio de exclusão que governa as representações das classes urbanas é muito bem sintetizado em sentenças como "bandido bom é bandido morto" e "direitos humanos são para humanos direitos".

Tais afirmações constituem verdadeira convicção de que não se devem assegurar direitos civis fundamentais como liberdade, livre circulação e direito de defesa para todos. Nos anos de 1990, esse discurso do extermínio também associou pobreza à delinquência (p. 91), dando ensejo a uma série de práticas destinadas a enquadrar as classes populares e a segregá-las no espaço urbano.

Em nossa realidade, não é comum que a questão social seja lida pelo ângulo da culpabilização dos pobres indispostos ao trabalho², pois se sabe o quanto o trabalho árduo, realizado nas bordas de nossa sociedade, não representa mobilidade social alguma e muito menos uma vida segura e estável.

Tampouco se acentua a responsabilidade do Estado na criação de respostas e soluções a essa questão, já que cada vez mais imperam as práticas e os discursos do voluntariado, do "onguismo" e da filantropia como soluções "mais eficazes" na atenuação dos efeitos "indesejados" de uma estrutura social calcada na produção e na reprodução das desigualdades.

Por outro lado, processos de naturalização dos acontecimentos e de neutralização prevalecem como mecanismos de acomodação de interesses diversos e atenuação dos possíveis conflitos reveladores da dinâmica social de nossa subcidadania. No caso da naturalização, trata-se de destituir a pobreza de seu significado político e de seu caráter

estrutural, ponderando-se sobre a inevitabilidade do curso das coisas e dos acontecimentos no sistema capitalista.

Não existem culpados, mas também não há responsáveis, pois os processos econômicos e sociais em curso seguem inexoráveis seu caminho. No caso da neutralização, trata-se de ativar velhos recursos de sufocamento de qualquer tentativa de desestabilização da ordem atual das coisas por meio de mecanismos de evitação do outro, ou seja, por meio da construção da invisibilidade daqueles que são subalternizados.

Os exercícios etnográficos que dão o tom da segunda metade do livro foram realizados com o auxílio de uma equipe de alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Aliados ao poder do caderno desses pesquisadores sem "porte de caderno" ³estão os dados da Pesquisa de Condições de Vida (PCV) da Fundação Seade, dos Censos do IBGE, da prefeitura, de urbanistas, de jornais e revistas. Todos ajudam a construir o impressionante e variado quadro de precariedade das formas de habitar na metrópole.

Nos olhares múltiplos que se cruzam nesses exercícios, descobrimos as vantagens e as desvantagens que cada conjunto de moradores foi capaz de elaborar sobre sua situação. Embora a vida nos cortiços ("casas de cômodo") traga as vantagens da moradia no centro da cidade ou em suas proximidades, com acesso a mais oportunidades de trabalho e economia com o transporte, ocorre o desembolso de parcela maior dos rendimentos com o aluguel e é necessária a adequação à falta de privacidade e salubridade, causadas pela superlotação desses espaços.

No caso da autoconstrução, forma de habitar nos arrabaldes da cidade desde a década de 1940, os moradores sofrem com a irregularidade na propriedade legal dos imóveis, com o sofrimento das horas perdidas no transporte coletivo até o local de trabalho e com a inexistência de infraestrutura urbana mínima. Contudo, esse tipo de moradia representa a libertação do aluguel, um dinheiro "perdido". Além disso, em situação de instabilidade e na velhice, a casa própria representa a única poupança feita, inclusive para os filhos.

O terceiro e último tipo de moradia analisado são as favelas, forma precaríssima de habitação, também sedimentada em ocupações irregulares e com infraestrutura mínima ou inexistente. Trata-se de espaço estigmatizante por excelência, marcando seus habitantes de forma preconceituosa e desvantajosa. Contudo, também ali é possível fugir do aluguel, de taxas e outros impostos.

É preciso ressaltar que esse quadro é muito dinâmico, pois com os crescentes processos de regularização fundiária e urbana, favelas e casas de periferia vão assumindo contornos muito semelhantes, seja pela garantia de propriedade do imóvel, seja pelo acesso que os moradores passam a ter aos serviços de abastecimento regular e contínuo de água e luz, à coleta de lixo e do esgoto e às unidades básicas de saúde, creches e escolas.

Em comum com todos os moradores da cidade, mas atingindo de forma aguda os que vivem nesses espaços precários, está a violência. Em meio às dificuldades de arranjar

emprego e de manter a dignidade em situações tantas vezes aviltantes da condição humana, é preciso ainda fugir ou proteger-se do poder arbitrário de traficantes de drogas e de policiais que agem de forma ilegal. Mata-se por pouco ou por nada. Na maior parte das vezes as leis do silêncio e do retraimento representam a única salvaguarda da própria vida.

Ao finalizar esta resenha é preciso reconhecer com o autor que "as afirmações contidas neste ensaio [Capítulo 2] não ignoram que os grupos, as categorias e as classes sociais se movimentam na aceção de se mobilizarem e lutarem pela conquista de seus direitos. Elas simplesmente enfatizam que, no cenário atual de nossas cidades, estão em curso massivos processos de vulnerabilidade socioeconômica e civil" (p. 102).

Notas

1. "Neste sentido, qual é a nossa questão social? Há várias, mas talvez aquela que mais se sobressai no âmbito das relações entre Estado e sociedade reside na dificuldade em expandir os direitos de cidadania: depois de uma década de luta e reivindicações, num contexto em que gradualmente consolida-se um sistema democrático, deixa de ocorrer um enraizamento organizatório e reivindicativo que consolide um conjunto de direitos básicos. Eles podem estar na Carta de 1988, mas não se traduzem no fortalecimento de um campo institucional de negociação de interesses e na arbitragem de conflitos, nem em políticas sociais de alcance massivo: não ocorreram processos que levassem à consolidação de uma condição do empowerment de grupos e categorias da sociedade civil [...]" (p. 77; grifos meus).

2. Com a grande ampliação do Programa Bolsa Família a partir de 2005, certo tipo de culpabilização dos pobres passou a ser mais frequente em diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Trata-se de uma visão profundamente conservadora que nega ao pobre a possibilidade de optar pelo benefício. Nessa visão, seria muito mais dignificante dedicar-se às tarefas e serviços domésticos (carpir um jardim, lavar e passar roupa) do que "depender da bolsa do governo". Propaga-se, ainda, que o pobre prefere o dinheiro "fácil" do governo ao trabalho árduo.

Afirmarões desse tipo encobrem o fato de que a opção pela dependência do programa governamental representa uma real e importantíssima emancipação concreta em relação a inúmeras situações de subalternidade, de sub-remuneração e de servilismo.

3. "Na penúltima entrevista, escapou a pergunta: 'Você têm porte de arma?'. 'Não! Mas você tem porte de caderno?'" (p. 151).

All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 05508-010 - São Paulo – SP - Brasil

temposoc@edu.usp.br

(Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100014, data de acesso: 10/09/2018)

3 - Características das famílias em vulnerabilidade social no Brasil e em Brasília: desmembrando o cenário da pobreza e extrema pobreza

¹ Jornalista e mestranda em Jornalismo e Sociedade pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB).

E-mail: isacoelho2@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: cultura; vulnerabilidade social; políticas públicas.

Resumo

Esse trabalho apresenta uma reflexão preliminar sobre a cultura, a exclusão social e as famílias em vulnerabilidade social. Discute dados estatísticos do Censo 2010 e dados divulgados pela imprensa local sobre o contexto de pobreza e de miséria dessa população. Enfatiza a situação do Distrito Federal sob a ótica da inadequação das moradias e das condições de vida. Também analisa criticamente as políticas públicas para essas famílias e como a ausência do Estado reflete em um contexto social de marginalização.

Isa Coelho Stacciarini¹

Resumen En este trabajo se presenta una reflexión preliminar sobre la cultura, la exclusión social y las familias socialmente vulnerables. Analiza datos estadísticos del Censo y los datos publicados en el escenario de la pobreza y la miseria de la población de 2010. Además, subraya la situación del Distrito Federal desde la perspectiva de la vivienda inadecuada y condiciones de vida. Por fin, analiza críticamente la política pública para estas familias y cómo la ausencia del Estado se refleja en un contexto social de marginación. PALABRAS-CHAVE: cultura; vulnerabilidad social; políticas públicas

STACCIARINI, Isa Coelho. 8 Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 02, n. 05, p. 07-19, jul-dez 2013

INTRODUÇÃO

A situação das famílias em vulnerabilidade social que são vítimas do abandono do Estado, bem como a falta de políticas públicas efetivas, merecem atenção. Em um cenário nacional onde vivem mais de 190 milhões de habitantes, cerca de 27 milhões de moradias faltam o básico.

A vulnerabilidade social das famílias do Brasil está presente no cotidiano cultural e na história de nosso país, inclusive marcando presença em noticiários locais e nacionais. A pobreza marca a história de vida de milhares brasileiros e o cenário de todo o país. A luta constante pela sobrevivência causa sofrimento as famílias em vulnerabilidade social. Essa situação tem sido objeto de implantação de políticas públicas.

Entretanto, a desigualdade social e a pobreza no Brasil ainda apresentam dados alarmantes. Esse artigo objetiva compreender, com base em dados estatísticos, a situação de pobreza e extrema pobreza no contexto do Distrito Federal.

Esta unidade federativa possui a maior renda e é uma das regiões com maior escolaridade do país. Entretanto, a capital federal da república revela um cenário que cresce

no mesmo ritmo que o poder aquisitivo da população: aqui é o local com maior desigualdade social do Brasil, de acordo com dados de 2012 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O trabalho a seguir apresenta conceitos iniciais sobre cultura, exclusão social, vulnerabilidade social, famílias pobres e sofrimento ético-político. Reflete sobre o espaço de moradias dessas famílias, tendo como referência a casa que é um ambiente de compartilhamento, de significação e de modos de vida para a família; um espaço de construção dinâmico e vivo das interações dotado de sentido e valores (GOMES & PEREIRA, 2005; MAIA, 2012).

Além disso, procura-se entender sobre a pobreza no noticiário local. HISTÓRIA, CULTURA E EXCLUSÃO SOCIAL A cultura cria modos de vida e formas de perceber o mundo. Somos herdeiros de uma cultura que é contextualizada e que possibilita distinções quanto ao pertencimento social.

Pessoas que vivem um contexto comum compartilham de uma cultura. Nesse sentido, a cultura brasileira é diferente da cultura americana, por exemplo. Essa referência de pertencimento social possibilita a construção de uma identidade cultural, por isso, dizemos “o brasileiro”.

Porém, a constituição desse espaço simbólico que caracteriza o sujeito “brasileiro” perpassa a diversidade dos milhões de brasileiros e a multiplicidade dos modos de vidas desses cidadãos. A cultura influencia os sujeitos individualmente e também constrói uma representação identitária coletiva (LARAIA, 2001).

O espaço simbólico da cultura é vivo e dinâmico, está acontecendo no dia a dia das pessoas, “é a relação dos humanos com o tempo e no tempo” (CHAUÍ, 2000, p. 373). História e cultura estão intrinsecamente relacionadas tanto com a dimensão temporal, quanto com as lutas de classe, a produção e a reprodução das relações sociais.

Para se compreender a cultura é preciso situá-la no tempo e entendê-la como fenômeno histórico (CHAUÍ, 2000). A cultura brasileira é produto de todo o conjunto de fatos ocorridos antes, durante e após a colonização, a industrialização, a globalização.

A História abarca histórias de vidas dos sujeitos que vivenciam e constroem a cultura nacional. A subjetividade brasileira encontra-se na miscigenação de valores, ritos e culturas do Brasil indígena, português, afrodescendente, sertanejo, caipira.

Segmenta-se a cultura brasileira em culturas brasileiras conforme seu pertencimento espacial, histórico, social e econômico. O movimento de confronto das lutas de classes, a produção e reprodução simbólica de uma sociedade em relação à maneira como se organiza e significa a produção material influencia a cultura. As relações sociais criam mecanismos de inclusão e exclusão sócio-cultural.

Cabe ressaltar a relação entre cultura e exclusão social. Esse último termo refere-se a um processo complexo e multifacetado que engloba dimensões materiais, políticas, interacionais e subjetivas relacionadas a um processo sócio-histórico.

Esse processo se configura pelos recalamentos em todas as esferas da vida social, porém perversamente vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações do sujeito. A exclusão apresenta a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento (SAWAIA, 2011). O sujeito excluído não está à margem da sociedade.

Ele repõe e sustenta uma ordem social, da qual é sujeitado e sofre muito com esse processo de inclusão social perversa (SAWAIA, 2009; 2011). Os excluídos ou incluídos perversamente são todos aqueles que são rejeitados pelo mercado material ou simbólico, pelos valores da sociedade. A exclusão social remete a uma relação de abandono, de rompimento dos vínculos sociais, de isolamento, de desfiliação social e de desqualificação do sujeito.

Falar sobre exclusão remete tanto a discussão sobre aspectos econômicos, relações de poder e direitos sociais, quanto sobre desejo, temporalidade e afetividade dos grupos excluídos (SAWAIA, 2001). **FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: ABANDONO E EXCLUSÃO** A família é o grupo primordial do indivíduo e espaço em que se desenvolvem a aliança, filiação e consanguinidade, além da transmissão de valores estéticos, religiosos, culturais e éticos.

A própria Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 226, traz que a família é o núcleo da sociedade. As configurações familiares atuais são muito diversas do modelo tradicional nuclear (mãe, pai e filhos). Têm-se redes complexas de parentesco permeadas por limites que variam de acordo com a cultura, região e classe social (SILVEIRA & YUNES, 2010).

O espaço social a que uma família pertence influencia sua forma de existir e perceber o mundo, sua história e cultura. A família se constrói no universo de experiências reais e simbólicas que são significadas por cada membro constituinte (GOMES & PEREIRA, 2005). Ela é a fonte primária no processo de socialização do sujeito.

O indivíduo se torna membro de determinado conjunto social a partir da aprendizagem de seus códigos, normas e regras básicas de relacionamento. Ele apropria-se dos conhecimentos já sistematizados e acumulados por esse conjunto inicialmente por meio da família

A ambiguidade entre querer e não poder é vivenciada pelas famílias pobres ou em vulnerabilidade social (SARTI, 2009). Essas famílias estão inclusas em uma organização social a qual incita o consumo, porém excluem suas possibilidades.

No espaço da família se reproduz os conflitos que refletem essa organização social. Nesse contexto, os problemas macrossociais atravessam o cotidiano dessas famílias, tais como o desemprego, a violência, a ineficácia das políticas públicas, entre outros.

A investigação da experiência das famílias pobres é marcada por viéses que enfatizam o déficit, os problemas e as disfuncionalidades do sistema e que exclui a competência dessas famílias (SOUSA E RIBEIRO, 2005).

Constantemente existem preconceitos sociais e julgamentos morais dessas famílias que englobam a culpabilização da mãe e/ou do pai, os quais individualmente são responsabilizados por uma tragédia social. Há uma associação entre a pobreza e o fora de ordem - a criminalização da pobreza (NASCIMENTO, 2012).

A família em vulnerabilidade social também tem competências. Sousa e Ribeiro (2005) realizaram um estudo exploratório com 60 famílias caracterizadas como multiproblemáticas (32 famílias) e não multiproblemáticas (28 famílias).

Os autores buscaram identificar a percepção dessas famílias sobre o que funciona no seu agregado, ou seja, as competências dessas famílias. Os resultados desse estudo salientam que nas famílias multiproblemáticas a união familiar, o vínculo filial e a ajuda mútua são considerados aspectos positivos.

Nessas famílias, os objetivos de vida centram-se na melhoria das condições de habitação e do estado de saúde. A existência da família pressupõe uma condição primordial: a convivência sob o mesmo espaço – a moradia. A casa é um ambiente de compartilhamento, de significação e de desenvolvimento de modos de vida para a família. É um espaço de construção dinâmico e vivo das interações dotado de sentido e valores (GOMES & PEREIRA, 2005; MAIA, 2012).

A moradia é um dos direitos fundamentais de todos os indivíduos conforme preconizado no artigo 6 da Constituição Federal (1988). Em contrapartida, milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social vivenciam violações desse direito fundamental.

A omissão, a insuficiência ou o abandono do Estado em prover os mínimos sociais, bem como condições dignas de vida a essas pessoas refletem uma violência estrutural e um problema macrossistêmico. Esses problemas correspondem a exclusão social que marca as histórias de vidas de pessoas as quais convivem com a desigualdade, injustiça e sofrimento. Trata-se de um sofrimento ético-político, afecções do corpo e da alma que mutilam as pessoas excluídas.

Refere-se a uma vivência diária das questões sociais e da dor que surge por ser desvalorizado e ter a subjetividade negada socialmente. Essa forma de sofrimento é decorrente das injustiças sociais, da submissão e opressão a que essas famílias estão submetidas (SAWAIA, 2001).

Para completar faltam mais...

(Fonte: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/5/1.pdf>, data de acesso: 10/09/2018)

4 - 21 de Agosto – Dia Nacional da Habitação

Por EquipeONB - 21/08/2015

Atualmente, há um déficit habitacional enorme no Brasil. O Dia Nacional da Habitação serve para refletir sobre o exercício de um dos direitos mais importantes do cidadão: a moradia.

A [ONG Teto](#) reúne cidadãos de todas as idades que constroem casas para pessoas de baixa renda. Pense em uma habitação que utiliza materiais “amigos do meio ambiente” e visa o conforto térmico obtido com recursos tão simples quanto à ventilação natural. Faz bem para o meio ambiente e para a qualidade de vida!

(Fonte: <https://organicsnewsbrasil.com.br/hoje-e-dia-de/21-de-agosto-dia-nacional-da-habitacao/>, data de acesso: 10/09/2018)

Teto Brasil (ong em 19 países)

O Teto Brasil é uma organização sem fins lucrativos presente na América Latina e Caribe, que usa o poder das mídias sociais para mobilizar voluntários para mutirões de construção de casas de emergência. A Teto realiza um trabalho conjunto entre famílias e voluntários!

AÇÃO

Teto Brasil

O QUE É?

Ong que busca superar a situação de pobreza em que vivem milhões de pessoas nas comunidades precárias.

COMO FUNCIONA?

O Teto Brasil atende comunidades precárias mais excluídas. Para isso acontecer, a Ong depende da ação conjunta de seus moradores e jovens voluntários, que trabalham para gerar soluções concretas para o problema da pobreza.

OBJETIVOS

Trabalhar sem descanso para superar a extrema pobreza nos assentamentos, através da formação e da ação conjunta de seus moradores e jovens voluntários, promovendo o desenvolvimento comunitário, denunciando a situação na qual vivem as comunidades mais excluídas e atuando junto a outros nas políticas sociais.

PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO PELO TETO

Todas as famílias que vivem em comunidades de extrema pobreza podem propor e participar dos programas do modelo de intervenção que a organização oferece.

COMO POSSO ME ENGAJAR?

Se você se identificou com o projeto, pode participar fazendo uma doação para ajudar a mantê-lo. Também tem a opção de trabalho voluntário para jovens de até 30 anos, comprometidos e com vontade de gerar uma mudança social em seus países. Além disso, ajude a espalhar o Teto em suas redes sociais.

IDEALIZADORES

A iniciativa nasceu em 1997, no Chile, quando um grupo de jovens começou a trabalhar pelo sonho de superar a situação de pobreza em que viviam milhões de pessoas. Hoje já está presente em 19 países.

(Fonte: <https://socialgoodbrasil.org.br/2013/teto-brasil>, data de acesso: 10/09/2018)

5 - Dia Nacional da Habitação: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas

Editoria: Estatísticas Sociais

21/08/2017 | Última Atualização: 01/02/2018 17:04:16

Grotas, invasões, palafitas, comunidades, favelas... São muitos os nomes usados em todo o país para designar as ocupações desordenadas que se multiplicaram pelas cidades brasileiras. Houve inúmeras iniciativas governamentais para tentar solucionar esse problema social, como o Banco Nacional da Habitação (BNH), criado durante o governo militar, em 21 de agosto de 1964, e mais recentemente o Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, durante o governo Lula e mantido na Presidência de Dilma Roussef. Embora o BNH já tenha sido extinto, sua criação, há 53 anos, deu origem ao Dia Nacional da Habitação, data que ressalta a importância do direito à moradia.

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de pessoas morando em favelas e cerca de 12,2% delas (ou 1,4 milhão) estavam no Rio de Janeiro. Considerando-se apenas a população desta cidade, cerca de 22,2% dos cariocas, ou praticamente um em cada cinco, eram moradores de favelas. No entanto, ainda em 2010, Belém era a capital brasileira com a maior proporção de pessoas residindo em ocupações desordenadas: 54,5%, ou mais da metade da população. Salvador (33,1%), São Luís (23,0%) Recife (22,9%) e o Rio (22,2%) vinham a seguir.

O censo do IBGE tem informações detalhadas sobre favelas - que recebem o nome de [aglomerados subnormais](#) - porque vai a todos os domicílios do país. No entanto, essa operação é realizada apenas a cada dez anos. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD) tem informações anuais sobre saneamento básico e adequação de moradias. O detalhamento desses dados chega ao nível dos 27 estados brasileiros.

Segundo a [PNAD 2015](#), cerca de 72,5% dos domicílios urbanos do país contavam com os três serviços básicos de saneamento: conexão à rede de esgoto, coleta de lixo e água encanada. Isso significa que aproximadamente 18,7 milhões de domicílios urbanos não contavam com pelos menos um dos três serviços.

A distribuição regional desses serviços de saneamento é bastante desigual, segundo a PNAD. Na região Norte, apenas 23,6% dos domicílios urbanos contavam com os três serviços, enquanto no Sudeste, esse percentual chegava a 93,1%. Os três estados brasileiros com as menores proporções de domicílios urbanos com acesso aos três serviços básicos de saneamento eram Amapá (3,7%), Piauí (11,9%) e Rondônia (13,2%). No extremo oposto, estavam São Paulo (94,8%), Distrito Federal (90,4%) e Minas Gerais (89,7%).

Texto: Luiz Bello

(Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas.html>, data de acesso: 10/09/2018)

6 - Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social

De IHGM Cronemberger - 2013

Izabel Herica Gomes M. Cronemberger e Solange Maria Teixeira

Resumo

O crescente mapa de miséria e pobreza, no Brasil, constitui inquietação que incita refletir sobre suas influências na proteção social e, principalmente, na área de atuação junto às famílias. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a vulnerabilidade da família que, desassistida pelas políticas públicas, se encontra impossibilitada de responder às necessidades básicas de seus membros e, por conseguinte, tem sua condição de exclusão, pobreza aprofundada. Pretende-se, com isso, contribuir para o debate acerca da construção de caminhos que fortaleçam a família cidadã protegida pelos direitos sociais. O recurso metodológico consistiu em revisão de literatura e documental sobre a questão social e a temática da família. Conclui-se que as políticas públicas se eximem de uma ação mais emancipada e que, de fato, atendam às necessidades da família contemporânea.

Texto completo:

[PDF](#)

(Fonte: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1267>, data de acesso: 10/09/2018)

7 - O apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na vida dos sujeitos que se encontram em vulnerabilidade social

De JO Fonseca - 2013 - Artigos relacionados

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1800/Fonseca_Joseli_Oreste.pdf?sequence=1

... social básica prevenindo situações de riscos das famílias, contando com 374 usuários..... expressão da Questão Social, sobre o CRAS e sua trajetória histórica. Salienta também a respeito... social tornam-se vulneráveis. Observa-se que a..

Região metropolitana	População residente em aglomerados subnormais	Proporção em relação à população total
São Paulo	2.162.368	11%
Rio de Janeiro	1.702.073	14,4%
Belém	1.131.368	53,9%
Salvador	931.662	26,1%

Mais 16 linhas...

(Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/sao-paulo-e-metropole-com-mais-moradores-de-favelas-do-brasil-segundo-o-ibge/>, data de acesso: 10/09/2018)

8 - Destituição do poder familiar como uma expressão da questão social

De AML Soares

...historicamente produziram-se respostas à questão social, tratada..... enfrentamento das expressões da questão social, por meio da introdução de serviços de... papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis.

A temática “destituição do poder familiar como expressão da questão social”..... mais vulneráveis à situação de risco, à exploração, ao abandono e, por isso,...

(Fonte: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/destituicao-do-poder-familiar-como-uma-expressao-da-questao-social.pdf>, data de acesso: 10/09/2018)

9 - PROTEÇÃO SOCIAL NA ALTA VULNERABILIDADE: o caso das famílias monoparentais femininas - IE/UFRJ

De ADEA MESQUITA - Artigos relacionados

FAMÍLIAS VULNERÁVEIS E O TRADICIONAL PAPEL DAS..... 6 A expressão “questão social” passou a existir para dar conta do fenômeno mais evidente da...

SSN: 2316-3992

Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 02, n. 05, p. 07-19, jul-dez 2013

(Fonte: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Adriana_de_Andrade_Mesquita.pdf, data de acesso: 10/09/2018)

10 - Censo 2010 e dados oficiais: território e espaço do Brasil e do DF

Retratar e problematizar a realidade das famílias em vulnerabilidade social constitui um desafio importante, uma vez que as condições de pobreza e extrema pobreza atingem uma parcela muito significativa da população

(Fonte: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/5/1.pdf>, data de acesso: 10/09/2018)

11 - Famílias em situação de vulnerabilidade ou risco psicossocial - UnA-SUS/UNIFESP

De ACB Schlithler - Citado por 4 - Artigos relacionados

A abordagem familiar das famílias em risco psicossocial..... de diversos pontos de vista sobre dada realidade e a construção simultânea de uma única forma.

(Fonte: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_psicossocial/Unidade_18.pdf, data de acesso: 10/09/2018)

12 - O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social

De ME Carmo - 2018 - Citado por 2 - Artigos relacionados

Conceitos de vulnerabilidade são capazes de influenciar práticas sociais e produção de..... As discussões sobre atenção à população de rua e noções de família...

(Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00101417.pdf>, data de acesso: 10/09/2018)

13 - Proteção Social, Vulnerabilidade e Família - Revistas @ PUC-SP

De MC Lazzari - Citado por 1 - Artigos relacionados

vulnerável de um número razoável de pessoas, a proteção social... social deve se estender sobre a família, pois considera-se que... proteção social dos direitos e da própria definição de família. Do ponto de vista do direito e da política de...

(Fonte: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/download/30785/21304>, data de acesso: 10/09/2018)

14 - Famílias e vulnerabilidades: retratos e representações sociais

De SP Paiva - 2012 - Artigos relacionados

Utiliza-se como ponto de partida a noção de cultura, que aponta para o fato da vida... simbólica para pensarmos sobre as famílias vulneráveis, tendo estas... Considerando uma definição mais analítica, podemos considerar a família como... políticas públicas de forma a contornar a pobreza e a vulnerabilidade social,...

(Fonte: <https://libertas.ufff.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1793/1268>, data de acesso: 10/09/2018)